

Por onde caminhamos até chegar aqui

Luciene Medeiros¹

Rita Freitas²

Foi com grande prazer que iniciamos o processo de construção dessa revista. Elegemos como tema “gênero, feminismos, políticas públicas e interseccionalidades”. Esse foi o mote de onde partimos. O porquê desse tema merece explicações.

Num mundo marcado por tantos preconceitos e violências – sexismos, racismos, homofobias entre outros – mais do que nunca, nos pareceu ser o momento de nos debruçarmos sobre essas temáticas. Talvez alguém possa ter a sensação de que temas como esses não carecem mais de serem debatidos. Estão “batidos”, saíram da invisibilidade e alcançamos tudo o que queríamos. Nada mais tentador do que cair nesse canto de cisne.

Mas a realidade nos mostra uma dura atualidade³. Muitos anos nos separam das primeiras feministas, e quantas mulheres continuam a ser mortas por seus parceiros e ex-parceiros ainda hoje. O mesmo é verdade ao pensarmos na população LGBT⁴. É certo que os feminismos⁵ possibilitaram muitas ações e as primeiras reflexões que desembocaram nos estudos de gênero e contribuíram para amadurecer uma área de estudos envolvendo várias matrizes disciplinares. Nunca é demais ressaltar o caráter revolucionário presente nos movimentos feministas (como nos confirma GIDDENS, 1993; CASTELS, 1999 entre outros).

A violência de gênero, em sua ampla gama de vetores, atinge indivíduos de diferentes sexos, raças, idades, territórios, classes sociais e identidades de gênero. Por isso, desde o início nos foi extremamente cara a noção de interseccionalidades. Derivado do feminismo negro, este conceito foi ganhando força ao proporcionar a discussão – e a inclusão – de diferentes identidades no interior dos movimentos feministas. A definição de S. Bilge permanece atual:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai

além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (apud HIRATA, 2014, p. 63).

Se a adoção do feminismo nos parece ainda central, a dimensão de interseccionalidades completa a necessária transversalidade que, entendemos, deva caracterizar as análises feministas. Não descolamos, em momento nenhum, o feminismo de sua concepção política. Trata-se de um tipo de ação – e de escrita – (ainda que caminhando por diferentes caminhos) comprometida com a emancipação das mulheres e a construção de uma sociedade onde as diferenças (que são importantes) não se traduzam em desigualdades. As mulheres devem ser vistas em sua pluralidade. Não existe uma noção essencializada da Mulher, mas existem mulheres. Tal compreensão tem como corolário que também não existe o Homem, mas homens. Será importante conhecermos um pouco mais essas questões.

Feminismos e Gênero

Um componente fundamental que o advento do feminismo nos proporcionou foi a possibilidade de trabalhar com a categoria de gênero e, conseqüentemente, com a perspectiva da construção social dos gêneros.

Gênero, na definição clássica de Joan Scott deve ser entendido enquanto construção social e uma forma de significar relações de poder (SCOTT, 1990). Essa definição aparece em vários dos textos aqui selecionados e apontam para o caráter seminal dessa obra – trazida para o Brasil em primeira mão nos anos de 1990, pela ONG SOS Corpo, de Recife.

Tal definição é primordial e deve ser levada em conta em sua dupla dimensão: 1) o caráter relacional do gênero deve ser destacado. Existe uma construção envolvendo homens e mulheres, feminilidades e masculinidades. Neste sentido, também as masculinidades devem ser vistas como construção; uma forma de dominação sobre as mulheres, mas também sobre os homens⁶ (BOURDIEU, 1999; WELZER LANG, 2001). É importante a fala de Judith Butler (2003) que gênero não pode ser entendido como um estudo sobre a mulher (por isso a importância de sua dimensão relacional). Além disso, 2) deve ser destacado também a distribuição desigual do poder, que gera a subalternização da mulher na organização da vida social. Contudo, é importante a advertência de Louro (2008): recorrendo à obra de Michel Foucault (1986), ela relembra que não se pode falar de poder sem liberdade – e, concomitantemente, sem espaço para a resistência e a revolta.

Mas outra dimensão importante é a contestação não apenas da divisão de gênero, mas de uma heteronormatividade compulsória que marca nossa sociedade, representada pelo indivíduo homem, branco, ocidental e jovem. Para que a norma heterossexual permaneça intacta, ela exige a produção da homossexualidade como desvio (ARAN e PEIXOTO JÚNIOR, 2007). É importante não perder de vista que o gênero, ao estabelecer a hierarquia entre masculino e feminino, também estabeleceu a heterossexualidade como norma. Contudo, aqui também o aspecto contraditório da vida merece ressaltar: como afirmam Aran e Peixoto Júnior (2007, p. 134), “é justamente pelo fato de a instabilidade das normas de gênero estarem abertas à necessidade de repetição do mesmo que a lei reguladora pode ser reaproveitada numa repetição diferencial”. Ou seja, novamente estamos falando aqui de poder, mas também da possibilidade de resistência. Neste aspecto, o Movimento LGBT é importante sujeito dessa contestação. A ampliação do movimento Homossexual para a afirmação do Movimento LGBT ou LGBTQIA+ aponta para a importância da afirmação das diversas identidades. A amplitude da sigla é consequência da riqueza de identidades possíveis. Como afirma Pelúcio (2010, p. 84). “não se trata de expandir o número de classificações de gênero ou das siglas identitárias, mas de alargar as concepções do humano, colocando em xeque as experiências concretas que constituem os sujeitos.”

O efeito de leituras universalizantes é a criação de uma normatização que recrimina todo aquele e aquela que ousem viver uma experiência outra no que se refere às relações de gênero. O resultado, na maioria das vezes, é a violência tanto contra as mulheres (uma faceta da misoginia) quanto em relação aos homossexuais (faceta da homofobia). É aqui que a ligação entre gênero e interseccionalidade ganha amplitude. Ser uma mulher trans é diferente do que ser um homem trans. Ser uma mulher negra, pobre, jovem, morando em territórios vulnerabilizados, é diferente de ser mulher, branca, classe média, moradora da zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

Enquanto categoria de análise, o gênero foi importante para desnaturalizar as relações entre homens e mulheres. No entanto, os estudos feministas, em seu início, concebiam as mulheres como uma categoria social indiferenciada – tendo como parâmetro a experiência de mulheres brancas de camadas médias. Tal situação só poderia gerar insatisfação por parte das outras mulheres que não se encaixassem nesse perfil, como lésbicas, mulheres pobres e mulheres negras ou aquelas portadoras de alguma deficiência. Atentar para estas diferentes falas – e desejos – fez com que os feminismos pudessem percorrer diferenciados caminhos. Desde já, é importante afirmar que não vemos essas diferenças de forma

negativa. Se, por um lado, falar nessa pluralidade de sujeitos pode “fragmentar” a luta, por outro, foi exatamente esse processo que permitiu a explosão de várias identidades e perspectivas de luta. Não pode haver a construção de uma cidadania plena sem a atenção a esses múltiplos aspectos das nossas intimidades.

O avançar do tempo possibilitou o diálogo entre várias mulheres. Mulheres brancas, de camadas médias, protagonistas iniciais dos discursos feministas, mas também mulheres pobres, mulheres negras, mulheres com deficiências, mulheres do campo e da cidade, mulheres trans, lésbicas; enfim uma pluralidade de identidades que, em nosso entender, não conduz, necessariamente, à uma fragmentação das lutas. Ao contrário, entendemos que essa pluralidade permite a convivência das diferenças – efetivamente vividas – que, de outra forma, sufocaria os sujeitos ao não se reconhecerem nas bandeiras levantadas pelos movimentos.

Feminismos e Interseccionalidades

A *Association for Women's Rights in Development* (AWID) define interseccionalidade como uma “ferramenta de análise, militância e desenvolvimento de políticas que considera a discriminação múltipla e que nos ajuda a compreender o impacto de diferentes eixos identitários no acesso a direitos e oportunidades” (apud Santos, 2012, p. 14).

É a multiplicidade possibilitada por essa perspectiva que fez avançar os estudos – mas não sem contestações. Segundo Hirata (2014), o questionamento à categoria de interseccionalidade é a crítica a uma noção “geométrica” de intersecção, uma crítica exatamente à multiplicidade de pontos para a análise (casta, religião, região, etnia, nação etc), e não apenas raça, gênero, classe⁷. A análise presente é que esta suposta “multiplicidade” fragmentaria as práticas sociais. Trata-se, no fundo, do questionamento se todos esses pontos remetem a relações sociais ou se existiria a necessidade de uma certa “hierarquização”. Nesse sentido, o entendimento seria de que os adeptos da interseccionalidade raciocinam em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, sem levar em conta as dimensões materiais da dominação. A crítica de fundo é que ao se trabalhar com a interseccionalidade não se trabalha com as “relações sociais fundamentais”: sexo, classe e raça.

Contudo, essa multiplicidade é, a nosso ver, exatamente uma das dimensões positivas de se trabalhar com a interseccionalidade. Dimensões como geração, território, religião, sexualidades (e outras, uma vez que não poderemos enumerar todas) nos parecem tão importantes quanto raça ou classe. O que se

respeita nesse tipo de leitura (e de posicionamento político) é a riqueza inesgotável da experiência humana. Não compactuamos com a visão de que se pode “encaixar” a realidade em uma hierarquia de categorias. Entendemos que não existe e nem deve existir uma hierarquização. Mulheres e homens, em suas diversas identidades sexuais e de gênero são diferentes e é importante compreender as diferenças culturais evitando leituras universalizantes (DUARTE e OLIVEIRA, 2012). A interseccionalidade das dimensões de gênero, raça-etnia, geração, classe social, territorialidades e outras não são dimensões justapostas, mas elementos fundamentais para qualquer análise que vise minimamente conhecer efetivamente esses sujeitos.

Compreendemos que a interseccionalidade necessária nas análises é a mesma necessária em nossas vidas. A interseccionalidade nos possibilita aprofundar vivências. Especialmente na realidade brasileira, não se pode falar de sujeitos sem atentar para, além do gênero, a dimensão da raça. Ser mulher e negra adicionam dois elementos fundamentais para nos falar das possibilidades e limites das mulheres. A dimensão de classe é outro elemento fundamental, com toda certeza. Mas por mais que sejam determinantes, não podem ser o único vetor de análise. A pobreza e a opressão de classe não são as mesmas para homens e mulheres. E não são as mesmas para homens e mulheres negras, nem entre mulheres brancas e negras, velhas ou adultas. Numa sociedade autocêntrica e permeada por valores estéticos, ser criança ou velha traz outra gama de dominações. A violência sofrida por lésbicas e mulheres trans é a das mais violentas, mas ela também é permeada por questões de classe ou cor e também de territórios. Morar num lugar ou em outro faz com que a violência seja exercida com maior ou menor rigor, bem como ser aceita de forma mais naturalizada ou não.

Enfim, o que tentamos dizer aqui é que é importante a construção de análises que retirem esses diferentes sujeitos da invisibilidade, mas que também os respeitem em suas integridades. Ou seja, que eles sejam vistos em suas totalidades, reconhecendo suas diferenças. Porque é somente com o reconhecimento e respeito às diferenças que entendemos que alianças possam ser construídas e metas estabelecidas.

Movimentos organizados são atores fundamentais para o diálogo e a construção de políticas públicas. Vejamos: a política de saúde da mulher; a rede de atendimento à mulher vítima de violência com ênfase na Lei Maria da Penha e no feminicídio, ou a construção dos diversos conselhos – são exemplos das lutas das mulheres. A política da AIDS e a criação dos conselhos e centros de referência são

exemplos das lutas envolvendo a população LGBT. Da mesma forma, a criação dos conselhos e centros de referência, de leis sobre o racismo e de ações afirmativas são exemplos de como o movimento negro foi atuante na luta por seus ideais.

A construção de políticas públicas é do âmbito do Estado e nenhum movimento desconhece isso. Mas este Estado necessita estar em diálogo com a sociedade civil organizada. E, neste sentido, o impacto dos movimentos pode ser vital para a construção, monitoramento e avaliação de políticas. Esta preocupação é ainda mais importante na atualidade, onde convivemos com um processo de esvaziamento das lutas (onde os movimentos passam por um período de refluxo e descrédito) e um acirramento muito grande de ideologias conservadoras – que atingem de perto as chamadas minorias: mulheres, LGBT, crianças, idosos, presos, negros e pobres.

Como enfatizamos na chamada dessa revista, “no mundo e, especificamente no Brasil, as mulheres vivenciam uma desvantagem sistemática em relação aos homens em quase todos os indicadores sociais”. E temos que acrescentar aqui a reflexão de que os indicadores de violência contra mulheres e LGBTs, por exemplo, apontam uma pequena ponta do iceberg, pois essas violências nem sempre chegam às instituições, ficando nos cantos obscuros dos “acidentes domésticos”, ou não são sequer percebidos enquanto violências.

Não podemos esquecer que a atuação dos movimentos LGBT, de mulheres e feministas no Brasil têm sido fundamental para a consolidação e garantia dos direitos das mulheres e na luta pela equidade de gênero. Mulheres e LGBTs, nas últimas décadas, foram sujeitos fundamentais para a formulação, implantação e implementação de políticas públicas no país, nos diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal), bem como nos vários campos das políticas: como a assistência, a saúde, a educação e a cultura.

Como também dissemos na chamada para essa revista, é importante enfatizar que na IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, em 1995) houve o reconhecimento que “as assimetrias de gênero são condicionadas, também, pelas políticas públicas” e recomendou duas estratégias para alcançar a igualdade entre os homens e as mulheres: a transversalidade em todos os processos de tomada de decisão e o empoderamento das mulheres. Assim, surgiu a perspectiva da “transversalidade de gênero” nas políticas públicas visando à garantia e à ampliação dos direitos humanos das mulheres. Por isso, nosso desejo nesta publicação foi trazer a público artigos que analisassem “a desigualdade de gênero com foco na transversalidade de gênero nas políticas públicas”, bem como a atuação dos movimentos de mulheres e feministas

sobre essas temáticas. E como falar de gênero não é sinônimo de falar de mulheres, foram vários os temas que perpassaram os artigos que recebemos.

Nesse sentido, ficamos felizes ao saber que cinquenta artigos chegaram para análise. Vindos de diferentes regiões, e abordando uma gama variada de dimensões, os artigos nos informam sobre a fecundidade dessa chamada, bem como da necessidade que as pessoas sentem em abordar essas questões. Foram um total de 816 páginas lidas.

Vejam os artigos com mais detalhamento. Tivemos artigos das regiões norte, nordeste, sul e sudeste – sendo as contribuições mais expressivas no sudeste (com 34 trabalhos). A região sul contou com cinco trabalhos, nordeste e norte, respectivamente com três. E cinco trabalhos chegaram às nossas mãos, inicialmente, sem nenhum dado acerca das autoras. A proeminência da região sudeste não é de causar estranhamentos, uma vez que aqui se concentraram, historicamente, grandes centros produtores de conhecimento. O centro-oeste não enviou nenhum trabalho.

Excluímos alguns artigos: três artigos foram excluídos porque suas autoras enviaram mais de um trabalho. Excluímos também artigos fora dos formatos previstos para a revista.

Algumas universidades se destacaram no envio de trabalhos: na região sudeste, temos a UFF, PUC-RJ, UERJ e UFRJ se destacando com 18 trabalhos. No sul, se destacam Santa Catarina, no nordeste, o estado de Rio Grande do Norte e no norte, o Amazonas.

Uma de nossas opções na escolha dos artigos foi partir da perspectiva de contemplar o maior número possível de regiões, a fim de garantir uma pluralidade de olhares – bem como de atuar numa forma de ação afirmativa da necessidade de sair do eixo sul-sudeste. Grande atenção também demos aos textos advindos de profissionais, refletindo acerca do seu fazer. Privilegiar várias formações profissionais foi outra preocupação nossa. Ainda que assistentes sociais sejam maioria na autoria dos artigos (36 artigos recebidos e 10 artigos publicados), contamos ainda com psicólogos, cientistas sociais, pedagogos e historiadores.

Vale destacar que o número expressivo de textos de assistentes sociais caracteriza, em nosso entender, a importância da temática para a categoria – a que esta revista veio dar eco. Assistentes sociais de todas as regiões enviaram artigos discutindo vários temas.

Dentro do eixo temático escolhido para a revista, contamos também com uma grande variedade de temas: violência contra mulheres (em suas variáveis,

como violência doméstica, assédio sexual), aborto, feminismos, ciberfeminismos, raça-etnia, orientação sexual, assistência social, saúde, segurança pública, geração, sistema penitenciário, questão indígena, trabalho rural e religião. Na medida do possível, tentamos também dar conta desta variedade. Infelizmente, não podemos incluir nessa coletânea todos os textos recebidos. No geral, estes apontam para o grau de amadurecimento que perpassa nossa produção. Muitos foram deixados de fora. Este fato nada diz da qualidade dos mesmos, mas escolhas tinham que ser feitas. Além do mérito, as preocupações acima nortearam nossas escolhas: garantir a diversidade de regiões, de temas, instituições e formações profissionais. Isso não impediu a concentração de textos nas regiões Sul e principalmente na sudeste, uma vez que desta região veio a maior quantidade de textos. Esta quantidade pode ser explicada não apenas pela quantidade de instituições dessas regiões, mas também pela proximidade com a revista. De qualquer forma, apresentamos aqui nossa seleção. Esperamos que seja apreciada, pois foi feita com a maior seriedade e honestidade possível. Vamos conhecer um pouco dos artigos que compõem essa coletânea.

Os artigos escolhidos

O primeiro texto, de caráter mais geral, “Democracia de Gênero: é possível um pacto entre as mulheres?”, de Teresa Kleba Lisboa faz a discussão sobre a democracia de gênero, refletindo sobre os pactos entre as mulheres e os pactos intergêneros.

Este texto é seguido dos artigos que tratam sobre as políticas públicas de gênero no campo da saúde, são eles: “Aborto: uma questão de classe?”, é um bonito texto, onde Marcela Boni Evangelista apresenta o debate sobre o aborto e sua relação com classe social e busca identificar as semelhanças das experiências de aborto de mulheres de diferentes classes sociais e gerações e “Controle do Câncer Rumo ao Arco-Íris” de autoria de Bruno de Oliveira da Silva, aborda as ações de controle do câncer junto à população LGBT, em especial transexuais e travestis, e o papel das campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul.

Logo após, três artigos discutem o tema trabalho e sua relação com a saúde: em “De escravas à cuidadoras: a invisibilidade e a subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira”, Raquel Gouveia Passos identifica no trabalho das cuidadoras em saúde mental a perpetuação do racismo como uma das ideologias de dominação na formação social brasileira; no artigo “Gênero, trabalho e saúde da mulher: percepção das malvicultoras da Ilha do Valha-me Deus – Juruti/PA”, Mayara Viana de Lima e Sandra Helena da Silva

analisam como as relações entre trabalho e gênero impactam na saúde das trabalhadoras malvicultoras em função da insalubridade do processo de produção da malva – processos que conhecemos muito pouco; e, em “Juventude(s) trans: subjetividades e corporalidades possíveis no mundo do trabalho?”, Silvana Marinho faz a reflexão teórica com diferentes perspectivas analíticas em diálogo sobre gênero, juventudes e trabalho, sob o recorte de classe. Para tanto, traz elementos para uma análise sobre juventudes trans e a temática das subjetividades no Serviço Social, a partir da categoria trabalho.

Partimos, então, para o debate sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, com os artigos “Violência contra meninas: retratando as legislações, as políticas e as práticas de proteção social no Brasil e em Portugal de 2010 – 2015”. Neste, Nivia Valença Barros analisa como ocorre o processo de violência contra meninas e suas repercussões no Brasil e em Portugal, dando destaque para as legislações protetivas para o enfrentamento à violência contra mulheres e meninas; já o artigo de Marília Cortes Gouveia de Melo e Adriana Severo Rodrigues, intitulado “Políticas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica: os centros de referência de atendimento às mulheres e a abordagem interseccional”, debate sobre a política de enfrentamento à violência contra a mulher, com o intuito de refletir a importância dos centros de referência de atendimento às mulheres em situação de violência no atendimento às vítimas dessa violência, a partir da literatura sobre relações étnico/raciais e interseccionalidade.

Depois, apresentamos os artigos que discutem a perspectiva da transversalidade de gênero nas políticas públicas visando à garantia e à ampliação dos direitos humanos das mulheres, no âmbito da política de segurança pública, com os artigos: “As mulheres e os efeitos da pacificação das favelas no Rio de Janeiro: compreendendo o gênero na política de segurança”, onde Anne-Marie Veillette e Nilza Rogéria de Andrade Nunes examinam os impactos da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora na perspectiva as mulheres moradoras de favelas no Rio de Janeiro e o artigo de Claudia Moraes de Souza, denominado “Casas das mulheres: refugiadas, estrangeiras egressas do sistema penitenciário e políticas de acolhida em São Paulo/Brasil”, aborda sobre a política pública e acolhida de mulheres estrangeiras na cidade de São Paulo, refletindo sobre os problemas relacionados à ausência de estrutura de acolhida de estrangeiros.

Na sequência, os que abordam o campo da assistência: “A perspectiva de gênero na política de assistência social: um debate necessário” e a “Assistência social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam”. No primeiro, Geo-

vana Prante Gasparotto e Patrícia Krieger Grossi discutem, de forma profunda, a perspectiva de gênero na política de assistência social. No segundo, Gracyelle Costa aborda a discussão das relações étnico-raciais e de gênero no interior do SUAS, a partir da análise do desenho desta política e do serviço do CRAS na perspectiva da transversalidade.

Enfim, esse foi o passeio que realizamos e convidamos a leitora/leitor a fazê-lo conosco por essas páginas. Existe, em nosso entender, uma demanda para a discussão das temáticas que tentamos, minimamente, dar conta nessa publicação. Contudo, não vemos este parágrafo (ou mesmo a revista) como um ponto final. Ao contrário, esperamos poder sensibilizar mais publicações para a discussão dessas temáticas que nos são tão caras.

Referências

ARÁN, M.; PEIXOTO JÚNIOR, C. A. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler, **Cadernos Pagu** (28), janeiro-junho de 2007.

BANDEIRA, L.; MELO, H. P. de. **Tempos e Memórias**: movimento feminista no Brasil. Brasília: SPM, 2010.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, J.. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**, São Paulo: Paz e Terra, 1999

DUARTE, M.; OLIVEIRA, A.. **Mulheres nas margens**: a violência doméstica e as mulheres imigrantes, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v.. XXIII, 2012.

FOUCAULT, M.. 1986. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GIDDENS, A.. **Transformações na intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça – Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, , v. 26, n. 1, 2014.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PELÚCIO, L. **Plurais na singularidade** – reflexões sobre travestilidades, desejo e reconhecimento. In: POCAHY, F. (Org.) **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: Nuances, 2010.

PINTO, C. R. J. . **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, A. C. Entre duas mulheres isso não acontece – Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 98, 2012.

SCOTT, J.. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Cadernos SOS Corpo (Org. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila), Recife, 1990.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**. Homicídios de mulheres no Brasil. 1.ed. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 02 jun. 2017

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobias, **Estudos Feministas**, ano 9, 2001.

Notas

- 1 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora do curso de Graduação e Coordenadora Acadêmica do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Políticas Públicas de enfrentamento à violência contra a mulher e do de Pós-Graduação Lato Sensu em Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.
- 2 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Pós-Doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção
- 3 Segundo dados do Mapa da Violência, no Brasil, dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013 pelo Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), 2.394, ou seja, 50,3% do total nesse ano, foram perpetrados por um familiar da vítima, representando perto de 7 feminicídios diários, cujo autor foi um familiar e 1.583 dessas mulheres foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro, o que representa 33,2% do total de homicídios femininos nesse ano e equivale a 4 mortes diárias.
- 4 Usamos esta abreviatura para nos referir as diversas identidades de gênero – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros. Contudo, essa abreviatura também é objeto de disputa. Hoje é comum uma utilização mais complexa dessa sigla: LGBTQIA+, representando lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais ou

simpatizantes. O sinal de + é adicionado para representar qualquer outra pessoa que não seja coberta pelas sete letras citadas

- 5 Sobre os feminismos e suas diversas “ondas”, cf. Bandeira e Melo (2010) e Pinto (2003). É importante também diferenciar movimentos feministas e movimentos de mulheres, uma vez que este não é necessariamente marcado pelas reflexões feministas. Entendemos que o feminismo, de forma geral, é marcado pelo questionamento das relações de opressão que caracterizam nossa sociedade e, conseqüentemente, à luta pela emancipação das mulheres. Nem todo movimento protagonizado por mulheres tem esta intenção, embora possam existir muitos laços entre estes.
- 6 Nesse sentido, vale destacar a contribuição de Bourdieu (1999) acerca da dominação masculina – entendida enquanto violência simbólica – ainda que este autor não utilize em sua linha de pensamento, as relações de gênero.
- 7 Importante discussão, neste sentido, seria a da consubstancialidade (ver, por exemplo, Hirata, 2014), mas que não nos convence. A ideia de uma tríade definidora (classe, raça e gênero) nos parece empobrecer a realidade que é múltipla e que não cabe em poucas dimensões definidas *a priori*.